



CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMETRO - UNIFAMETRO
CURSO DE PSICOLOGIA

DANÍSIA SOUSA COELHO

LUGAR DE FALA E POPULAÇÃO LGBTQI+

FORTALEZA

2020

DANÍSIA SOUSA COELHO

LUGAR DE FALA E POPULAÇÃO LGBTQI+

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Psicologia do Centro Universitário Fametro, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Dra. Maria Zelfa de Souza Feitosa

FORTALEZA

2020

C6721

Coelho, Danísia Sousa.

Lugar de fala e população LGBTQI+ / Danísia Sousa Coelho. – Fortaleza, 2020.
46 f. ; 30 cm.

Monografia – Curso de Psicologia do Centro Universitário Fametro, Fortaleza, 2020.
Orientação: Profa. Dra. Maria Zelfa de Souza Feitosa.

1. Lugar de fala. 2. Identidade de gênero. 3. Psicologia. I. Título.

CDD 150

DANÍSIA SOUSA COELHO

LUGAR DE FALA E POPULAÇÃO LGBTQI+

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Psicologia do
Centro Universitário Fametro, como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Dra. Maria Zelfa de Souza
Feitosa

Aprovada em: ____ de junho de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Maria Zelfa de Souza Feitosa (Orientadora)
Centro Universitário Fametro -Unifametro

Ma. Gardênia Holanda Marques
Centro Universitário Fametro - Unifametro

Dra. Lorena Brito da Silva
Centro Universitário Fametro - Unifametro

À minha família, mãe e irmão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, que com seu afeto e dedicação me apoiou ao longo dessa trajetória e ao meu irmão e amigo que mesmo distante contribuiu para que eu concluísse essa etapa.

Aos amigos de longa data Danilo, Fhiana, Jaqueline e Lucas por entenderem minhas ausências e acolherem meus receios.

A Emanuelle por sempre se fazer presente com suas palavras de conforto.

Aos colegas de faculdade por me acompanharem nessa trajetória, em especial meu grande parceiro Ismael.

Aos meus colegas de trabalho por me ajudaram a atravessar momentos difíceis do cotidiano.

A minha orientadora pela paciência e empatia no período de início de minha escrita quando vivíamos um momento de incertezas no mundo.

Eu tô te explicando prá te confundir
Eu tô te confundindo prá te esclarecer
Tô iluminado prá poder cegar
Tô ficando cego prá poder guiar.

Tom Zé - Tô

RESUMO

O presente trabalho apresenta como o Lugar de Fala é discutido nos estudos sobre a população LGBTQI+. Para tanto, aproximou-se dos estudos feministas, em especial o feminismo negro, abordando questões de gênero e sexualidade. A pergunta problema: Como o lugar de fala é discutido na população LGBTQI+? foi o ponto de partida, objetivando-se descrever a população LGBTQI+ e relaciona-la ao conceito lugar de fala; identificar as implicações do conceito lugar de fala ao lugar de escuta. Para tanto utilizou-se o método de pesquisa de revisão de literatura integrativa, sem delimitação de tempo visto que lugar de fala se trata de um conceito teórico recente e com o uso das palavras-chaves “lugar de fala”, “LGBT”, “lésbica”, “gay”, “bissexual”, “transexual”, “travesti”, “queer” e “homossexual”. O lugar de fala na população LGBTQI+ se constitui através das experiências compartilhadas que se localizam a margem das normas de sexualidade e gênero. Nos resultados obtidos o uso do lugar de fala na população LGBTQI+ pode ser encontrado se aproximando de outras perspectivas e em epistemologias que perpassam o conceito estudado nesse trabalho. Considerando os marcadores sociais e a pluralidade dessas identidades nessa população o lugar de fala é retratado a partir da validação desses sujeitos, fortalecendo pontes de diálogo dentro e fora do grupo, propiciando transformação política e reconhecimento do outro.

Palavras-Chaves: Lugar de Fala; População LGBTQI+; Identidade social.

ABSTRACT

The current work presents how the Place of Speech is discussed in the LGBTQI+ population studies. Therefore, this approached to feminist studies, especially black feminism, addressing issues of gender and sexuality. The problem question: How is the place of speech discussed in the LGBTQI+ population? was the starting point, aiming to describe the LGBTQI + population and relate it to the concept of place of speech; Identifying the implications of place of speech's concepts to place of listening. For this purpose, the integrative literature review research method was used, without time delimitation, since the place of speech is a recent theoretical concept and with the use of the keywords "place of speech", "LGBT", "lesbian ", "gay ", "bisexual ", "transsexual ", "transvestite", "queer "and"homosexual ". The place of speech in the LGBTQI+ population is constituted through shared experiences that are located outside the norms of sexuality and gender. In the results obtained, the use of the place of speech in the LGBTQI + population can be found approaching other perspectives and in epistemologies that permeate the concept studied in this work. Considering the social markers and the plurality of these identities in this population, the place of speech is presented based on the validation of these subjects, strengthening the dialogue inside and outside the group, providing political transformation and recognition of the other.

Key words: Place of Speech; LGBTQI+ population; Social identity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxograma de identificação, exclusão e elegibilidade dos artigos para revisão integrativa	32
--	-----------

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resultados da primeira etapa de busca de dados	30
Quadro 2 - Resultados da segunda etapa de busca de dados	31
Quadro 3 - Relação dos artigos selecionados para a revisão integrativa	32
Quadro 4 - Resultados da primeira etapa de busca de dados	33

LISTA DE SIGLAS

MST: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.

FUNAI: Fundação Nacional do Índio

LGBTQI+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais, Travestis, Queer, Intersex e mais.

AIDS: Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

STF: Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 O conteito lugar de fala	17
2.1.1 <i>Sobre Feminismos</i>	17
2.1.2 <i>Perspectivas Conceituais De Lugar de Fala</i>	21
2.1.3 <i>Lugar de Escuta</i>	22
2.2 População LGBTQI+	24
2.2.1 <i>Questões Sobre Homossexualidade e Gênero</i>	24
2.2.2 <i>Breve Histórico e Movimento LGBTQI+ no Brasil</i>	26
3 METODOLOGIA	29
3.1 Referencial metodológico	29
3.2 Questões norteadoras	29
3.3 Base de dados	30
3.4 Critérios de inclusão e exclusão	31
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	33
4.1 Busca por direitos e reconhecimento	35
4.2 Contribuições da academia e os grupos minorizados	36
4.3 (In)visibilidade e representatividade da população LGBTQI+	37
4.4 Potência dos Lugares de Fala e Escuta	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

1. INTRODUÇÃO

As diversas transformações políticas, econômicas e sociais do século XXI têm trazido questionamentos e desafios para os sujeitos e os estudos das ciências. Assistimos às mudanças na percepção social sobre o corpo, relações raciais, estética, gênero, trabalho, política e a ciência. A proposta deste trabalho surge a partir de observações acerca do crescimento do debate em sociedade sobre raça, gênero, orientação sexual e classe.

Durante a formação acadêmica em psicologia, em um primeiro momento tem-se contato com diversas teorias que, pautadas em métodos científicos, buscam dar conta de aspectos gerais dos indivíduos. Aos poucos vamos nos deparando com a complexidade de lidar com um “objeto” de estudo que está em constante movimento. Enquanto estudante também me mantenho em movimento, pois acredito ser necessário nos reinventarmos e, vez por outra, abandonamos verdades. Sempre me interessei por disciplinas e atividades curriculares que abordassem os aspectos políticos e sociais na constituição dos sujeitos. “Desconstruir” foi uma significante muito presente nesse percurso e se aplicava tanto ao conhecimento na prática da graduação quanto nas relações cotidianas. Em meus estágios, tive a oportunidade de trabalhar com o público atravessado pelos discursos de normatização dos corpos. Não bastara somente conhecer as ferramentas teóricas, mas conhecer a realidade daqueles sujeitos, seus afetos, suas sabedorias e suas crenças. Acredito que a prática profissional não se encerra com o encontro clínico e nem em um espaço, pois ela se faz de modo contínuo e perpassa também por posicionamentos macropolíticos. Enquanto mulher cisgênera, lésbica, não-branca e periférica penso que se faz necessário uma escuta que se reconheça não apenas nas semelhanças que se apresentam, mas na potência das diferenças dos sujeitos. Assim, esse trabalho se fez atravessado pela necessidade de evidenciar o protagonismo desses sujeitos marginalizados e que tem muito a nos dizer.

O conhecimento pautado nos impactos das novas configurações sociais, econômicas e históricas desenvolveu-se a partir da necessidade de conhecer e problematizar os referenciais teóricos e estratégias do saber pré-estabelecido. O sujeito da ação está atravessado e subjetiva os diferentes discursos e práticas contemporâneos (SOUZA; MUNHOZ, 2009). Nos últimos anos, as questões de raça, gênero, orientação sexual e classe ganham status popular propiciando uma série de

debates no cotidiano principalmente com auxílio das redes sociais. O contexto de início da crise política no país em 2016 e a rapidez das informações sem a exclusividade da mídia tradicional aproximaram mais pessoas no debate político e permitiram maior transmissão de ideias. Vimos o crescimento da extrema direita no mundo, a intensificação da polarização política em diversos setores, o crescimento do extremismo e, conseqüentemente, o esvaziamento dos espaços de consenso e de negociação (NEXO JORNAL, 2017). Não muito distante da retórica da extrema direita de outros países, no Brasil, essa vertente política é facilmente lembrada por uma agenda voltada ao endurecimento das ações do Estado a pessoas que cometem crimes e a retomada do conservadorismo moral.

Todo esse debate nas redes sociais e no cotidiano tem influenciado as decisões dos governantes políticos, nos dando ainda a percepção de que os brasileiros se tornaram mais politizados. No entanto, esses debates sempre fizeram parte da história do país como ativismo político e social. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surgiu das lutas por reforma agrária em disputa a medidas tomadas pelo Estado. Para o movimento, as questões de classe são intrínsecas às suas causas, pois seus integrantes compartilham visões de mundo e advêm de uma classe econômica em comum. O MST é colocado como exemplo na tentativa de ilustrar que, para alguns, o debate político institucional continuamente existiu. Destacam-se as novas formas de discussões citadas inicialmente não como um “fenômeno” exclusivamente recente na vida dos brasileiros, mas como um processo histórico ativo decorrente da participação de diversos atores. Movimentos sociais e órgãos governamentais como MST, FUNAI (Fundação Nacional do Índio), Movimento Negro, Feminismo são resultados de décadas de enfrentamento à perda de direitos dos que sofrem com as conseqüências da desigualdade social, de gênero e étnico-racial no país. Muitos dos ataques a esses movimentos partem de preconceitos enraizados, falta de conhecimento sobre o que circunda as causas defendidas e de uma parcela da população que se beneficia com ausência ou pouca validação da agenda desses grupos.

O interesse em torno desses temas não é uma característica inerente dessa última década. Gallego, Ortellado e Moretto (2017) definem como guerras culturais o processo pelo qual temas majoritariamente morais têm destaque no debate político. Primeiramente, esse conceito se referia ao cenário dos Estados Unidos nos anos de 1980, onde opunham-se conservadores e progressistas. Mais tarde se pensaria as

guerras culturais como uma resposta as normas sociais da contracultura no ano de 1970, ou a ruptura das identidades coletivas discutida pelos novos movimentos sociais e discurso pós-moderno (HARTMAN 2015, apud GALLEGO; ORTELLADO; MORETTO, 2017). As guerras culturais se constituem também como uma estratégia política e eleitoral amparada em argumentos morais ou no enfretamento destes.

Diante da expansão desse processo somos levados ao fenômeno da polarização, caracterizada como um fenômeno relacional atravessado pela noção de identidade (GALLEGO, ORTELLADO E MORETTO, 2017). Vê-se muitos debates onde se priorizam pautas em deterioradamente de outras, colocando como prioridade valores e crença do grupo no qual os indivíduos se identificam. Os indivíduos podem se localizar em um sistema social ou grupo como também ser identificados ou localizados socialmente a partir desses grupos (BERLATTO, 2009). Alguns grupos sociais são caracterizados como inferiores ao serem reconhecidos pelos que dispõem do poder simbólico (grupo dominante), afirmando-se como identidade legítima. Dessa forma os grupos subalternos são marginalizados, gerando uma política de exclusão e, partindo da lógica de divisão social do grupo dominante, obrigados a permanecer no lugar em que lhes foi designado (BOURDIEU, 1980 apud BERLATTO, 2009). A esses grupos, deve-se considerar questões como gênero, raça e sexualidade, avaliando como os participantes se localizam nas diversas construções das estruturas sociais. Ao desconsiderar as condições que antecedem as desigualdades e hierarquias mantêm-se esses indivíduos num lugar que os silencia, impossibilitando-os de serem vistos na sociedade e reconhecidos pelo que produzem (RIBEIRO, 2017).

Muito do que se tem visto nos dias de hoje são discussões polarizadas e críticas dos grupos dominantes que tentam generalizar as experiências partindo de uma ideia de sociedade justa. Nesse cenário o conceito lugar de fala surge dentro do movimento social feminista negro, entendendo que além da hegemonia masculina, deve-se superar outras estruturas sociais de opressão (GORJON; MEZZARI; BASOLI, 2019). Lugar de fala é, portanto, pensar a fala como uma ferramenta que legitima identidades e reconhece experiências distintas. Todos possuem lugar de fala pois nos localizamos/somos marcados socialmente. Ao passo que as identidades sociais são produtos históricos e dinâmicos, o lugar de fala reflete as experiências comuns nas localizações sociais. Pensar identidades é, como afirma Ribeiro (2017), questionar as normas e revelar o uso destas para privilegiar alguns em detrimento de outros. Mesmo havendo transformações significativas em torno das questões de gênero e

sexualidade, a heteronormatividade e cisgeneridade ainda são produtos de uma visão homogênea de sujeitos e revelam mais uma estrutura de estigmatização social.

As políticas públicas para população LGBTQI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Travestis, Queer, Intersexuais e mais), inicialmente, voltavam-se a ações de cuidado em saúde. Com o crescimento de organizações advindas de movimentos sociais em defesa dessa população, cresce também a exigências por políticas concretas nos direitos civis. Hoje, principalmente pelo avanço do conservadorismo político no País, verifica-se um cenário de novos desafios para o grupo LGBTQI+ (ARAGUSUKU; LEE, 2015). Qualquer mudança ao plano macropolítico (normas vigentes) também se refere à produção da subjetividade (GUATTARI; ROLNIK,1986). Na regulamentação que estabelece as normas de atuação para os psicólogos o Conselho Federal de Psicologia (2005) estabelece a atuação dos psicólogos pautados na não discriminação e a promoção e bem-estar dos sujeitos. Nesse sentido, a partir do compromisso com uma sociedade justa a psicologia que visa combater as diversas formas de opressões. No âmbito da academia essa discussão abre espaço para se pensar outras epistemologias e privilegiar o protagonismo de grupos subalternizados bem como o que tem sido produzido por uma psicologia que abrange questões essencialmente brasileiras.

Visando um posicionamento político e ético perante as demandas sociais, necessidade de legitimar identidades invisibilizadas, contribuir para com outros estudos que tratam de sujeitos marginalizados e na tentativa de romper com a legitimação das desigualdades que versam sobre gênero e sexualidade este trabalho se propõe ao seguinte questionamento: Como o lugar de fala é discutido na população LGBTQIA+? Ao reconhecer os diferentes saberes, considerando estruturas de exclusão social que se relacionam e a necessidade de se pensar uma sociedade plural, objetiva-se: Discutir o lugar de fala na população LGBTQI+. Tem-se, então, como objetivos específicos: Definir o conceito de lugar de fala, identificando diferentes perspectivas; Descrever a população LGBTQI+ e relaciona-la ao conceito lugar de fala; Identificar as implicações do conceito lugar de fala ao lugar de escuta.

A seguir, em seu elemento textual, o trabalho foi desenvolvido em sessões: Referencial teórico, Metodologia, Análise dos Resultados e Considerações Finais. Na fundamentação teórica abordamos breve percurso do feminismo negro e seus estudos sobre gênero resultando na apropriação do conceito Lugar de Fala. Abordamos a definição conceitual de Lugar de Fala e a aproximação deste em outras áreas e

perspectivas. Apresentamos o conceito Lugar de Escuta e suas implicações na temática escolhida. Na seção de Metodologia descrevemos o curso e o método de pesquisa utilizado para a coleta de artigos. Para a seção de Análise dos Resultados foram interpretados os artigos obtidos a partir da literatura estudada. Por fim, em considerações finais realizou-se uma síntese da pesquisa e apresentação de conclusões acerca do tema.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. O conceito lugar de fala

2.1.1 Sobre Feminismos

A popularização do conceito lugar de fala emerge em meio ao debate virtual e, apesar da origem do termo ser imprecisa, tem sua discussão teórica iniciada a partir do feminismo negro, introduzido na academia através de autoras feministas como bell hooks¹, Linda Alcoff, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro e Jota Mombaça (GORJON; MEZZARI; BASOLI, 2019). As autoras questionam o conhecimento instalado e enviesado presente na história do feminismo e desenvolvem discussões acerca de pautas identitárias (ASSIS, 2018).

Por volta de 1911, nos Estados Unidos, o termo feminismo começou a ser empregado por escritores, substituindo as expressões do século XIX que se referiam a luta por direito e liberdade das mulheres como “movimento das mulheres e problemas das mulheres” (GARCIA, 2011, p.12). O termo “gênero” surge inicialmente na década de 1960 no mesmo país para diferenciar o termo “sexo”, frequentemente associada à condição biológica, configurando a oposição sexo/gênero, e mais tarde se tornando categoria central das teorias feministas (GARCIA, 2011).

Em sua obra, *O Segundo Sexo-Fatos e mitos*, Simone de Beauvoir (1980), se distancia dos aparatos biológicos, que ainda em suas especificidades possuem caráter social, e se aproxima da noção de gênero. A autora levanta questionamentos acerca da naturalização da inferioridade da mulher, na qual anteriormente fora legitimada por áreas como religião, filosofia, teologia e, mais recentemente, as ciências. Segundo a autora, tratando-se de uma pretensão igualitária, a igualdade mesmo na diferença acaba por se tornar mais uma “fórmula” que justifica as segregações (BEAUVOIR, 1980, p. 328).

A história do feminismo é dividida em etapas: o feminismo pré-moderno, no qual se encontra as primeiras manifestações conhecidas como “polêmicas feministas”; o feminismo moderno, iniciado pela primeira e seguido pela segunda onda, marcado pelo movimento das mulheres na Revolução Francesa; e, por fim, o feminismo contemporâneo, conhecido como Terceira Onda. (GARCIA, 2011, p.24). O termo

¹ bell hooks assina seus textos em letras minúsculas e prefere ser citada dessa forma. A autora argumenta que seus escritos devem se destacar mais do que seu nome e questiona também as convenções linguísticas da escrita normativa e acadêmica.

“onda” sugere da ideia de periodização, visto que, de acordo com Mota (2015, p. 111), “algumas demandas [são] mais acentuadas em determinados períodos”. Segundo Mota (2015), a Primeira Onda do feminismo no Brasil se deu no início do século XX, quando ocorre uma estruturação maior e uniforme do movimento em busca de emancipação das mulheres. Os integrantes eram, quase em sua totalidade, mulheres brancas, de classe média e com influência política. A seguir, a Segunda Onda teve seu início nos anos 1970 e abordava questões relacionadas a sexualidade, corpo e trabalho. A partir daí os grupos engajados começaram a se articular em forma de redes, uma vez entendido que as opressões eram compartilhadas coletivamente. A terceira onda do feminismo surge nos anos de 1980, pautada em uma crítica pós-modernista a ciência. Influenciada pelo pensamento de autores pós-estruturalista, como Michel Foucault, a proposta dessa fase concentra-se na análise das diferenças, da alteridade e da diversidade sexual. Os estudos se deslocam do estudo sobre mulheres e o sexo para as relações de gênero (NARVAZ, KOLLER 2006). Nessa etapa destaca-se a autora Judith Butler, reconhecida como uma das representantes da terceira onda do feminismo, ao abordar aspectos que outrora, foram desconsideradas por uma visão homogênea do movimento. Em *Corpos Que Pesam* Butler (2000) discute a noção de corpos abjetos, no quais estes possuem suas existências deslegitimadas por um discurso, que considera algumas vidas mais importantes que outras. A abjeção desses corpos, causam a não aceitação destes marcados pelo domínio da inteligibilidade cultural. O sexo, por exemplo, é compreendido em sua norma regulatória. Butler (2003) também aponta para a noção de binarismo masculino/feminismo na qual, além de recorrer para uma especificidade feminina universal, não perpassa a maneira pela qual o gênero é compulsoriamente concebido. Principalmente nesse momento do movimento feminista há um avanço nos questionamentos acerca de um tipo de essencialidade sexual presente anteriormente ao corpo: a maternidade, a virilidade e entre outros (MELO, 2012). Nesse sentido, Butler (2003) introduz sobre a discussão a performance de gênero, ou seja, a forma como o gênero resulta da organização de uma sociedade e não de um aspecto biológico. Assim, o feminismo enquanto movimento social, político e econômico surgiria em um primeiro momento, tendendo a uma universalização da categoria mulher, sem considerar aspectos como raça, classe, sexualidade e entre outras categorias.

Mota (2015) relata a presença de movimentos feministas diversificados em uma mesma onda. Nesse sentido, Scott (1999) afirma que ao destacar a ausência de um grupo marginalizado nos processos históricos revela-se, naturalmente, a existência de mecanismos de repressão, mas não em como essa lógica repressiva se dá. Para entender essas diferenças é preciso “dar conta dos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e produzem suas experiências” (SCOTT, 1999, p. 6). Linda Alcoff (2016) aponta para uma desautorização discursiva de determinados grupos, da qual se impede encontros dialógicos, o fortalecimento de conhecimentos e o desenvolvimento de novas soluções. Segundo Alcoff (2016) há um processo de exclusão de identidades, enquanto outras são fortalecidas na estrutura social. O colonialismo criou e retificou identidades “como meio de administrar povos e estabelecer hierarquias entre eles” (p. 136).

As identidades sociais são definidas por Cucho (1999 p. 177) como “o conjunto de suas vinculações em um sistema social [...]. A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente”. A depender do lugar social que determinados grupos ocupam, estes terão experiências distintas como também restrições de oportunidades (RIBEIRO, 2017). O sexismo localiza a mulher de maneira subordinada na sociedade, o racismo também posiciona homens e mulheres negras a subalternidade (ASSIS, 2019). Dessa forma, estes e outros eixos de opressão contribuem também para identidades fora das normas da sexualidade e gênero estabelecidos.

Nas décadas de 1970 e 1980 deu-se início a uma produção acadêmica e desenvolvimento de teorias feministas, expandindo o feminismo negro e conectando-o as mulheres negras presentes no ativismo. Feministas negras americanas começaram a questionar a unicidade da categoria mulher, destacando a categoria raça e evidenciando as diferenças em ser uma mulher negra em uma sociedade racista e sexista (ASSIS, 2019). Segundo Audre Lorde (2019), tende-se a concentrar nas opressões por ser mulher e ignorar as diferenças de raça, orientação sexual, classe e idade. Enquanto mulher cisgênero, negra e lésbica Lorde (2019), levantou discussões acerca da sexualidade, destacando a diversidade sobre ser mulher. A partir da perspectiva da autora sobre a maneira a qual se vivencia eixos de opressão, visto que não são vivenciados separadamente, nos aproximamos do conceito de interseccionalidade.

A feminista norte-americana Kimberlé Crenshaw (2002), conferiu o conceito de interseccionalidade para “compreender as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (p. 177). O problema da interseccionalidade se dá pela maneira a qual o racismo, patriarcalismo, opressão de classe e outros sistemas de discriminação produzem desigualdades. Akotirene (2018) faz uma contribuição teórica sobre o termo ao afirmar que pensar sob análise da interseccionalidade não implica em concorrência de opressões, mas entendê-lo como um sistema interligado no qual o sujeito vivencia de forma simultânea.

Para Collins (1998), segundo Assis (2019), os marcadores sociais gênero e raça, localizam as mulheres negras lhes fornecendo uma visão ampla e que contestam os marcadores sociais apenas como desvantagens sociais. Collins (2016) questiona a relação de mulheres negras, empregadas domésticas, que por um longo período participaram da dinâmica de famílias de pessoas brancas, tornando-se até mesmo membros renumerados. Essa relação “*insider*” ainda que proporcionasse satisfação aos envolvidos, também revelava que apesar dessa aproximação era sabido pelas mulheres negras o seu não pertencimento aquelas famílias, elas permaneciam “*outsiders*” (2016, p. 99). A partir desse exemplo, Collins (2016) inicia a discussão do termo “*outsider within*”, ou forasteiras de dentro, no qual ocupando esse lugar, mulheres negras produzam um ponto de vista único e potencializem criativamente sua marginalidade.

Diante desse percurso para se compreender lugar de fala, articulado dentro do feminismo negro, o lugar social, onde todos se situam socialmente, considera os cruzamentos identitários, interseccionais. Nesse sentido, o feminismo negro reivindica “os diferentes pontos de análises e a afirmação de [...] marcar o lugar de fala de quem as propõem, percebemos que essa marcação se torna necessária para entendermos realidades [...]” (RIBEIRO, 2017, p. 34).

É preciso pensar lugar de fala por meio dos grupos sociais, considerando a diversidade das experiências, estes se localizam nas relações de poder. Collins (1997) segundo Ribeiro (2017) formula a *feminist standpoint*, a teoria do ponto de vista feminista. As experiências compartilhadas pelos grupos, que possuem uma continuidade histórica presente temporalmente, estão além das experiências individuais. Dessa maneira, nessa perspectiva teórica, quando se fala em pontos de partida, não se trata exclusivamente da experiência individual, mas das condições que possibilitam as oportunidades e direitos de alguns grupos e não outros. Mesmo

ocupando uma mesma localização social os indivíduos não possuem experiências iguais (COLLINS, 1997 apud RIBEIRO, 2017).

No Brasil, é comum o entendimento do conceito lugar de fala partindo da ênfase nos indivíduos e não nas condições que sucedem a desigualdade e a hierarquia social. As condições sociais, como educação, trabalho e moradia, fazem com que alguns grupos tenham dificuldade no acesso a determinados espaços (academia, mídia, política institucional). Para Ribeiro (2017), ao retirar o direito de serem ouvidos e vistos, nega-se a existência desses grupos visto que “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir” (p. 549). Por fim, como afirma Assis (2019) ao garantir o espaço dos sujeitos que não possuíam a legitimidade nas próprias narrativas, significa também uma transformação no curso da história e conseqüentemente nos sujeitos.

2.1.2 Perspectivas Conceituais De Lugar de Fala

O conceito de lugar de fala pode ser encontrado em diferentes áreas, sentidos e perspectivas. Para Milton Santos (2006, p. 218), lugar é “um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições”. A fala por sua vez, constitui-se como a “capacidade [...] própria do ser humano, de expressar ideias, pensamentos, emoções” (MICHAELIS). Deduz-se que, os indivíduos, na prática enunciativa, se situam em algum lugar, que é social, e possuem papéis e identidades próprias (SCHUSTER, 2016).

Ao aproximar o lugar de fala na linguística, Eni Orlandi (2012) introduz o conceito de formações imaginárias, no qual o interlocutor faz interpretações a partir de referências anteriores, permitindo a noção do lugar em que se insere o participante, no ato comunicativo. Como a sociedade é constituída por relações de poder hierarquizadas, as relações de força prevalecem na comunicação e fornecem imagens, resultado de projeções. Sendo assim, “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Assim, se o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar do aluno” (ORLANDI, 2012, p. 40). Nessa perspectiva, leva-se em consideração a representação social ou institucional na qual o sujeito é atribuído ou se identifica e conseqüentemente mobilizará os sentidos do que é posto na fala propriamente dita.

Em um artigo, *Convivência urbana, lugar de fala e construção do sujeito* (2001) aborda-se a relação entre a comunicação, o espaço público e a construção dos

sujeitos, o lugar de fala é concebido como uma ferramenta estratégica realocando os sujeitos socialmente excluídos como atores no diálogo social. França (2001) apresenta como exemplo uma rádio produzida pelos moradores de uma comunidade, realizando um trabalho em defesa dos interesses da periferia. A rádio é um ruído enquanto espaço midiático incomum e a partir dela um outro social fala, aparece e é visto como sujeito. “[...] A questão identitária se aloja então no terreno das representações, das produções discursivas através das quais um grupo social, falando-se e falando de suas coisas, se posiciona” (FRANÇA, 2001, p. 7).

Em uma outra definição, verificou-se a relação do termo com a performance artística. Segundo Petronílio (2017, p. 53) o lugar de fala “é essa capacidade discursiva que temos a partir de certa tonalidade afetiva. Sem afetação pelo Outro e no Outro não há lugar de fala”. O conceito seria uma ferramenta de “encontro” com o outro, pois sem ele não haveria esse lugar, na tentativa de afetar-lhe pelo que pretende se mostrar e acredita-se. Essa concepção aproxima-se a noção de alteridade, pois é na diferença com o outro que nós nos reconhecemos.

Reconhecendo a pluralidade conceitual não revisitada, o objetivo não é esgotar essas definições, mas potencializar a discussão considerando suas semelhanças ao que se propõe este trabalho, situado a partir de Ribeiro (2017). A autora pensa o conceito a partir das experiências comuns compartilhada por grupos subalternizados e a urgência em legitimar tais experiências. Pensar lugar de fala é também reconhecer identidades, diferenças, historicidade e afetações pelo outro social. As definições percorridas, apesar de suas diferenciações, compreendem uma localização de espaço, vivência e posicionamento ativo dos sujeitos.

2.1.3 Lugar de Escuta

Para Spivak (2010) há uma ausência dialógica de interação na fala do subalterno visto que o mesmo não possui um agenciamento para que esta fala seja ouvida. Segundo a autora a fala do subalterno é sempre mediada por um outro, que reivindica em nome de quem é silenciado. O papel do intelectual se destaca nesse processo na medida que não se trata de falar pelo outro ou de representa-lo, mas de criar espaços nos quais os sujeitos excluídos ao exercer suas falas possam ser ouvidos.

Utilizado como aporte teórico para este trabalho o lugar de fala apresentado por Ribeiro (2017) aborda a autorização discursiva daqueles que foram/são excluídos socialmente e relegados ao silêncio. Essa discussão é, acima de tudo, estrutural, pois

remete a forma como o sistema econômico, político e cultural se relaciona com essas identidades sociais, historicamente subordinadas aos grupos que detêm o poder. Esse poder exclui e dificulta a legitimação de outras narrativas e saberes incidindo sobre uma produção teórica que reforça a categoria de sujeito universal. Para Gorjon, Mezzari e Basoli (2019, p. 3), é necessário romper com a “surdez” que limita os sujeitos a sua própria existência, tende a escutar apenas o que se assemelha a ele e separa a individualidade da coletividade.

A dimensão individual não é negada, visto que indivíduos do mesmo grupo compartilham experiências comuns nas relações de poder, mas não a mesma experiência individual. Segundo Gorjon, Mezzari e Basoli (2019), ao entender que as relações são marcadas por assimetrias de gênero, raça, classe e orientação sexual revela-se a potência da escuta, não tão somente terapêutica, enquanto instrumento de alteridade e que pluraliza diálogos e encontros. Para Rolnik (2017) ao pensar em alteridade nos remetemos ao outro (indivíduo), que está presente em nós, afeta e força-nos a recriar o campo relacional na realidade. Na dimensão da alteridade se dá as diferenças, assim a alteridade se encontra a sombra da cidadania, reconhecimento e respeito pelo outro no campo democrático (ROLNIK, 1995). O lugar de escuta se produz no exercício de alteridade e ao reivindicar lugares de fala aos sujeitos oprimidos, contribui-se a subjetividade ativa, na qual os sujeitos são agentes de suas próprias lutas (GORJON; MEZZARI E BASOLI, 2019). Lugones (2014) ao abordar o processo de lógica opressiva na modernidade define a subjetividade ativa como a maneira que os sujeitos lidam com as estruturas de opressão. Na tensão entre a sujeitificação, formação dos sujeitos, e subjetividade ativa se dá a resistência. Segundo Guattari e Rolnik (1986) o modo como os indivíduos podem viver a subjetividade, que é social e também vivida de modo particular, oscila em dois extremos: em uma relação de alienação e opressão, onde ele a vive como a recebe ou de criação, na qual ele se reapropria de sua constituição.

O lugar de fala é alicerçado teoricamente no ponto de vista feminista negro, mas não impede de pensarmos como um conceito abrangente que compreende distintas formas de existência e resistência fora das normas hegemônicas. Se tratando da hegemonia sexual, a população LGBTQI+, sofre os efeitos das opressões sociais e violações de direitos. Apesar das conquistas nesse último campo, vindas principalmente do poder judiciário, o Brasil possui recordes nos números de agressão a essa população, reflexo de um país conservador que invisibiliza essas pessoas

(NEXO JORNAL, 2017). Essa população fala de um lugar social onde suas identidades são reguladas por uma “prática [...] que busca uniformizar a identidade de gênero por via da heterossexualidade compulsória” (BUTTLER, 2003 p. 57). Pensar lugar de fala e exercer um lugar de escuta na população LGBTQI+ exige reconhecer as experiências atravessadas por questões de classe, raça, geração e potencializar os sujeitos perante as opressões.

2.2. População LGBTQI+

2.2.1 Questões Sobre Homossexualidade e Gênero

Michel Foucault (1999) estudou entre outros temas a loucura, a disciplina e a sexualidade. Ao autor discute a questão da sexualidade presente antes mesmo das sociedades ocidentais modernas, mas é a partir do século XIX que a categoria homossexual passa a existir no âmbito da medicina. Antes disso, segundo Foucault (1999), a homossexualidade só aparece como figura da sexualidade quando transferida da prática de sodomia para uma espécie, um tipo. A sodomia² se caracterizava como uma prática sexual isolada, condenada pelas instituições religiosas, enquanto a especificação homossexual compreendia o que era anterior a essa prática. Para o autor os psiquiatras do século XIX, em suas especificações, classificavam e distribuíam a sexualidade incorporando e associando ao indivíduo dentro de um princípio de ordem natural. Não se tratava de excluir sexualidades desviantes, mas de dar-lhes características analíticas, perceptíveis e permanentes.

Por volta de 1870 os psiquiatras iniciaram um processo de objetificação da homossexualidade, seguido por uma série de intervenções e novos controles. Dá-se início ao tratamento dos homossexuais em asilos, sobre o determinante de cura. Antes vistos como libertinos e delinquentes, podiam ser condenados por punições severas ou até mesmo queimados, como sucedera no século XVIII. Iniciado o tratamento os homossexuais passam a ser perseguidos e atrelados a loucos, doentes na esfera sexual (FOUCAULT, 1999).

No ano de 1969, na cidade de Nova York, em Stonewall um bar frequentado por um público predominantemente homossexual, ocorreu um incidente, no qual frequentadores e policiais entraram em confronto. Diversos homossexuais morreram,

² Originalmente designada como uma prática dos moradores da cidade bíblica de Sodoma, era considerada a prática sexual entre dois homens condenada pela igreja católica antes do século XIX.

o que levou posteriormente a vários movimentos em defesa da liberação homossexual e a reivindicação do uso do termo “gay” na tentativa de retirar o teor psiquiátrico na discussão (TREVISAN, 2007). Segundo Foucault (1979), esses movimentos de afirmação, assim como os movimentos de minorias, negros, mulheres e jovens, tomavam para si as características que lhes eram dadas em forma de desafios. Essas consequências incidiram em reinvenções próprias de existência, política, econômica e cultural.

Essas exigências por mudanças, lideradas pelos movimentos sociais, passaram de práticas sexuais para construções identitárias socioculturais. Reivindicava-se a liberdade para exercer práticas sexuais em oposição ao que se considerava normal dentro da sexualidade (RODRIGUES, 2018). De acordo com Petchesky (2009), conforme Rodrigues (2018), a linguagem auxilia para o que é considerado normal. O termo “minorias sexuais”, por exemplo, reafirma essa contribuição. Também a oposição homossexual/heterossexual “mostra como as subjetividades ocidentais continuam a ser reproduzidas através de universos simbólicos que tornam essas distinções reais” (2018, p. 3).

Não ser reconhecido socialmente como heterossexual resulta na perda de uma identidade social viável em troca de uma menos válida. Não ser heterossexual, ou seja, o “impensável”, está presente na cultura, no entanto é rejeitado pela cultura predominante. O que está “fora” em uma compreensão de matriz de gênero está “dentro”, mas é marginalizado em uma lógica do medo e não aceitação. (Butler, 2003 p. 117). A heterossexualidade age como um sistema compulsório e idealizado em si mesmo, havendo nela posições sexuais normativas difíceis de serem incorporadas completamente, mas que não necessariamente implicam numa não consciência heterossexual (BUTLER, 2003). Para a autora, por mais emancipatório que possa parecer, uma recusa de uma identidade heterossexual passaria por discursos na cultura gay e lésbica que priorizam as identidades gays como novas manifestações de categorias sexuais. Os termos “*queers, butches, femmes e girls*” se reapropriam e desestabilizam essas categorias e podem ser entendidos como sintomáticos da “mentalidade heterossexual” (p. 177).

Ao abordar a discussão acerca das identidades de gênero Butler (2003) critica as visões cristalizadas que naturalizam o que se entende por homem/mulher. As regras que regem os sentidos dado ao binarismo hierárquico são questionadas por outras possibilidades de gênero é somente a partir de novas práticas de sentidos que

tornará possível uma subversão da identidade. Há um fracasso na ordem de ser nesses gêneros tradicionais, que passam por caminhos discursivos como: “ser uma boa mãe, ser um objeto heterossexualmente desejável, ser uma trabalhadora competente” (2003 p. 209). Estes passam a ter uma natureza determinista e:

Nesse sentido, o gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero. (BUTTLER, 2003, p. 48)

A reivindicação dos grupos de minorias não parte apenas do reconhecimento pela identidade, mas se refere à questão setorial. A população LGBTQI+ reivindica para que o “seu processo, seu devir homossexual”, seja introduzido no conjunto de relações sociais, visto que as relações são atravessadas por esse devir. Assim como no feminismo, não se trata apenas de reconhecer os direitos da mulher, mas de compreender um processo que engloba todas as engrenagens na sociedade. (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 73).

2.2.2 Breve Histórico e Movimento LGBTQI+ no Brasil

Segundo Trevisan (2007) no século XIX, tal como a Europa, no Brasil iniciaram as abordagens científicas no tratamento as sexualidades desviantes. Antes, vistos como crimes, esses desvios passaram a ser ajustados à norma como doenças. A avaliação era feita pela medicina legal, na qual naquele período buscava legitimação no estatuto científico. A figura clínica do homossexual, termo originalmente lançado na Alemanha no ano de 1969, passou a ser amplamente utilizada pela ciência no Brasil. A homossexualidade seria marginalizada e estigmatizada durante décadas pela sociedade brasileira (GREEN, 2006).

Entre os anos de 1960 a 1970, algumas organizações foram lentamente sendo construída em defesa dos homossexuais no país (GREEN, 2006). Trevisan (2007) relata que além das perseguições no regime militar, a hostilidade para com os homossexuais partia também de progressistas políticos. Com a retomada do regime democrático e o surgimento da AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) muitos movimentos sociais e organizações foram criadas, como resposta à falência dos modelos de organizações anteriores e estigmatização dos homossexuais, por conta da epidemia (FACCHINI, 2003). A associação da AIDS a homossexualidade e todo o debate político em volta, segundo Facchini (2003), permitiu que políticas

públicas de saúde fossem elaboradas envolvendo a participação da “comunidade homossexual”, grupos e organizações (p. 119). Esses encaminhamentos possibilitaram, de certa forma, uma política de identidade homossexual (FACCHINI, 2003).

Ainda sob os efeitos do pânico em torno da AIDS, em 1990, os homossexuais passaram a se inserir no mercado do consumo, o que produziu no Brasil um novo segmento de homossexuais, dentro do empresariado, “com perfil mais definido e profissionalizado, que de um modo ou de outro acabou se aproximando das lutas pelos direitos civis dos seus consumidores” (TREVISAN, 2007, p. 375).

Uma das inovações inspiradas pelo liberalismo homossexual brasileiro foi a utilização da sigla GLS, abreviação para Gays, Lésbicas e Simpatizantes (TREVISAN, 2007). Fundado em 1978 o primeiro grupo homossexual do Brasil, o Somos: Grupo de afirmação homossexual, se dá em período de organização de outros movimentos pelo país. Ainda que a palavra homossexual abrangesse lésbicas o grupo era predominantemente composto por homens gays. Em 1979 mais lésbicas se juntam ao Somos e fundam uma subdivisão do grupo, a de Lésbicas Feministas e a letra L entra na sigla do movimento em 1993 (NEXO JORNAL, 2020). No ano seguinte, a sigla GLS caiu em desuso e críticos ao seu uso afirmavam que o protagonismo da comunidade estava sendo retirado (MARASCIULO, 2020). No mesmo ano é formada a primeira organização política de Travestis na América Latina mas somente em 1995 gays e lésbicas convidam formalmente travestis para seu encontro nacional e incluem a letra T no movimento, formando a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis. A identidade travesti está associado comumente a países da latino americanos e tem em percurso histórico o contexto de marginalização. Em 2005 a letra B é incluída oficialmente representando os bissexuais, que possuem parte de suas reivindicações relacionadas as dos homossexuais, mas por muito tempo tiveram suas identidades associadas a promiscuidade ou indecisão perante sua sexualidade (NEXO JORNAL, 2020). O movimento passa a se chamar GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros). Os transgêneros compreendem a diversidade da identidade de gênero, incluindo transexuais, travestis e não-binários. Enquanto o termo transexual teve seus desdobramentos a partir de classificações médicas a pessoas que não se identificam com o sexo designado ao nascimento os não-binários por sua vez, não se identificam com nenhum gênero dentro da oposição homem/mulher. A sigla GLBT mais uma vez é alvo de críticas pelo o ativismo de

mulheres lésbicas, que requeriam maior participação e visibilidade tanto no movimento de afirmação homossexual quanto no movimento feminista (MESQUITA, 2004). Com o intuito de dar maior visibilidade as lésbicas o movimento passa a ser nomeado de LGBT. Outras letras foram inseridas na tentativa de compreender amplamente questões de gênero e comportamento. Sendo intersexuais pessoas que não nascem com o sexo biológico definido e queer pessoas que não se identificam com as definições e transitam entre os gêneros e/ou orientação sexual. Assim, foi criada então, a sigla LGBTQI+, compreendendo pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queers, intersexos e outros. Esta abreviação é considerada até então a mais adequada para designar a comunidade (MARASCIULO, 2020).

Passadas as diferentes transformações sobre como a sociedade se relaciona com a homossexualidade, a população LGBTQI+ ainda sofre com definições patologizantes ou de marginalização. Enquanto movimento político, a comunidade se fortaleceu mesmo diante do crescimento de políticas conservadoras em vários países. Em 2019, a Parada pela Diversidade e Orgulho LGBTQI+ na cidade de São Paulo registrou a presença de três milhões de pessoas (DALAPOLA, 2019). No campo dos direitos civis, no ano de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) votou a favor do enquadramento da homofobia e transfobia como crime. Apesar dos direitos conquistados, no Brasil, ainda no ano de 2019 as práticas discriminatórias, são refletidas nos índices de violência contra pessoas LGBTQI+ (ARCOVERDE; SOUSA, 2019).

3. METODOLOGIA

3.1. Referencial metodológico

Para o presente trabalho foram consultados livros, artigos e manuais, configurando-se como uma pesquisa bibliográfica. Segundo Filho e Filho (2013), a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de material escrito ou eletrônico publicado. É um procedimento presente em toda pesquisa acadêmica e constitui tanto a fase preliminar do levantamento de literatura quanto o meio e fim, a depender do que se objetiva.

Quanto à natureza da pesquisa, caracteriza-se como qualitativa, pois como afirma Filho e Filho (2013), essa abordagem contempla a interpretação dos fenômenos estudados e atribuição de significados, considerando a relação entre a subjetividade do pesquisador e o mundo objetivo. Esses aspectos, de acordo com os autores, são essenciais no processo de pesquisa qualitativa uma vez que observações acerca das relações sociais nem sempre podem ser traduzidas em números.

O presente trabalho trata-se de uma revisão de literatura integrativa, definida por Souza, Silva e Carvalho (2010) como um método sistemático, ordenado e amplo em revisões no qual se busca compreensão integral do que está sendo analisado. Combina dados da literatura empírica e teórica, com propósitos como “definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular” (2010, p. 103).

3.2. Questões norteadoras

A presente revisão de literatura teve como questão norteadora: Como o lugar de fala é discutido na população LGBTQI+? A partir da estruturação desta questão o estudo percorreu as seis etapas que constituem a revisão integrativa, preconizadas pelas autoras Souza, Silva e Carvalho (2010), são elas: definição da pergunta norteadora; busca na literatura existente, seleção de dados, análise dos estudos incluídos, discussão dos resultados e apresentação da revisão. Os descritores e palavras-chave de busca considerando operadores booleanos e processos de truncagem foram: (“lugar de fala”) AND (LGBT\$ OR lésbic\$ OR gay\$ OR bissex\$ OR transex\$ OR travest\$ OR queer OR homossex\$).

3.3. Base de dados

Para melhor compreensão e clareza das fontes consultadas, verificou-se a necessidade de descrever todo o percurso traçado até se chegar a um resultado satisfatório. A coleta de dados foi dividida em duas fases, que ocorreram durante o primeiro semestre do ano de 2020. Inicialmente, a pesquisa compreendeu bases de dados que abrangem os estudos na área da saúde em psicologia, sendo estas: Electronic Library Online (SciELO), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e IndexPsi. A seguir, no Quadro 01, os resultados quantitativos desta etapa:

Quadro 1 - Resultados da primeira etapa de busca de dados

Descritores e Palavra-chave	“Lugar de Fala” AND LGBT\$	“Lugar de Fala” AND Lésbic\$	“Lugar de Fala” AND Gay&	“Lugar de Fala” AND Travesti \$	“Lugar de Fala” AND Transex \$	“Lugar de Fala” AND Bissex\$	“Lugar de Fala” AND Queer	“Lugar de Fala” AND Homoss ex\$	TOTAL
Base de Dados				2	3				8
SciELO									
PePsic									
Lilacs	1		1					1	
Indexpsi									

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao desconsiderar os arquivos duplicados, o total de artigos encontrados reduziu para 7. Portanto, optamos por realizar uma segunda busca, expandindo a quantidade de bases de dados. Para tanto, utilizamos o portal de Periódicos da CAPES, onde estão inclusas também as bases de nossa primeira busca, posto que o mesmo disponibiliza extensa quantidade de textos. No Quadro 2, verificam-se os resultados quantitativos obtidos nesta etapa:

Quadro 2 - Resultados da segunda etapa de busca de dados

Descritores e Palavras-chave	“Lugar de Fala” AND LGBT\$	“Lugar de Fala” AND Lésbic\$	“Lugar de Fala” AND Gay&	“Lugar de Fala” AND Travesti \$	“Lugar de Fala” AND Transex \$	“Lugar de Fala” AND Bissex\$	“Lugar de Fala” AND Queer	“Lugar de Fala” AND Homoss ex\$	TOTAL
Base de Dados									
Periódicos CAPES	3		7		19		10		39

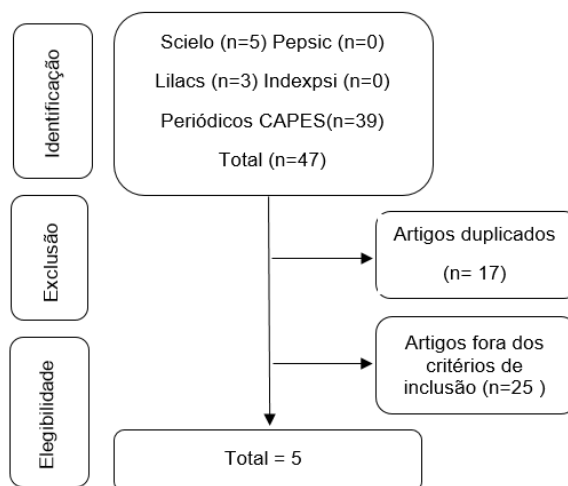
Fonte: Elaborado pela autora.

3.4. Critérios de inclusão e exclusão

Pelo termo Lugar de Fala se tratar de um conceito amplo e recente na discussão acadêmica todos os estudos publicados, nas bases de dados anteriormente referidas foram incluídos, sem restrição de data. Outros critérios de inclusão foram: textos na íntegra, em português e cujo título e resumo fizessem referência à temática proposta, visto que o conceito implicado na discussão está presente em outras áreas de estudo. Para a exclusão dos textos os critérios utilizados foram: trabalhos que não compreendam a discussão proposta, livros, resenhas e publicações sem relação com a população escolhida.

Na primeira e segunda etapa, obteve-se 47 artigos e em seguida, a partir dos critérios de inclusão e exclusão, 25 artigos foram excluídos. Os trabalhos duplicados também foram excluídos, somando 17, como observa-se na Figura 1. Ao subtrairmos os 25 artigos fora dos critérios de inclusão e os 17 trabalhos duplicados, chegamos a 6 artigos. Assim, ao final de toda a seleção, 6 artigos foram identificados. No Quadro 3 é apresentada a relação de artigos para amostragem da revisão integrativa.

Figura 1 - Fluxograma de identificação, exclusão e elegibilidade dos artigos para revisão integrativa



Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 3 - Relação dos artigos selecionados para a revisão integrativa

Título	Autores	Revista
Movimentos emaranhados: travestis, movimentos sociais e práticas acadêmicas	CARRIJO, Gilson <i>et al.</i>	Revista Estudos Feministas
Nossa esperança é ciborgue? Subalternidade, reconhecimento e “tretas” na internet	CARVALHO, Marcio.	Revista Estudos Feministas
Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência	GOMES, Ruthie <i>et al.</i>	Revista Estudos Feministas
Fixidez E A Desconstrução: Uma Discussão Sobre A Identidade Lésbica Invisibilizada Nas Artes	GRILLO, Camila; LANZARINI, Ricardo.	Revista Artemis

As Críticas Ao Gênero E A Pluralização Do Feminismo	MAYORGA, Claudia <i>et al.</i>	Revista Estudos Feministas
---	--------------------------------	----------------------------

Fonte: Elaborado pela autora.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Dos estudos analisados todos possuem abordagem qualitativa, sendo 3 deles revisões de literatura e, os demais, pesquisas documentais³. Quanto as áreas de conhecimento dos pesquisadores, estes estavam relacionados em sua maioria a psicologia social seguido por comunicação social e história. Todas as publicações se encontram em periódicos brasileiros. A respeito do público trabalhado nos estudos, abordou-se a população LGBTQI+, no geral, o público lésbico, travesti e transexual bem como seus respectivos movimentos sociais. Os objetivos dos estudos foram diversificados, tendo como propósito em comum dar protagonismo a população LGBTQI+. O Quadro 5 apresenta o resumo dos objetivos e breve descrição dos artigos analisados:

Quadro 4 - Resultados da primeira etapa de busca de dados

Título	AUTORES	Objetivos	Descrição
Movimentos emaranhados: travestis, movimentos sociais e práticas acadêmicas	CARRIJO, Gilson <i>et al.</i>	Discutir o papel da academia nos movimentos sociais de travestis	A partir da vivência de Keila Simpson, ativista LGBTQI+, apresenta-se a história dos movimentos sociais de travestis. Os autores enfatizam a necessidade de pensar a academia como colaboradora dessas narrativas.

³ Segundo Filho e Filho (2013) a pesquisa documental é elaborada através de fontes primárias como filmes, redes sociais e páginas eletrônicas, visto que não receberam tratamento analítico.

<p>Nossa esperança é ciborgue? Subalternidade, reconhecimento e “tretas” na internet</p>	<p>CARVALHO, Marcio.</p>	<p>Analisar as interações das redes sociais no debate político</p>	<p>O autor desenvolve os limites e potencialidades das redes sociais no ativismo trans. Apesar de as redes sociais agravarem a reprodução de práticas homofóbicas, os blogs e os comentários, por exemplo, são formas de aproximar os coletivos trans.</p>
<p>Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência</p>	<p>GOMES, Ruthie <i>et al.</i></p>	<p>Analisar os estudos feministas sobre deficiência e gênero</p>	<p>Partindo dos marcadores sociais da diferença a autora discute a questão da deficiência nos estudos feministas e afirma a necessidade de ampliar esse debate</p>
<p>Fixidez E A Desconstrução: Uma Discussão Sobre A Identidade Lésbica</p>	<p>GRILLO, Camila; LANZARINI, Ricardo.</p>	<p>Avaliar a representatividade e visibilidade lésbica na produção artística</p>	<p>Os autores analisam a identidade e visibilidade lésbica em peças teatrais e telenovelas e</p>

Invisibilizada Nas Artes				identificam representações homogêneas e pouco espaço para produção e atuação de mulheres lésbicas.
As Críticas Ao Gênero E Pluralização Do Feminismo		MAYORGA, Claudia <i>et al.</i>	Identificar as categorias colonialismo, racismo e política heterossexual e suas relações com o gênero	Os autores utilizam três autoras para discussão sobre gênero relacionando as semelhanças e divergências teóricas.

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao decorrer da revisão, tendo em vista facilitar as relações e análises que compreendem os aspectos dos temas deste trabalho, identificamos três eixos de discussão: Busca por direitos e participação política; contribuições da academia e grupos minorizados, e (in)visibilidade e representatividade da população LGBTQI+.

4.1 Busca por direitos e reconhecimento

As lutas em defesa da pluralidade da sexualidade são inerentes a história da população LGBTQI+ e estão presentes nos estudos verificados. Carrijo e outros autores (2019) afirmam que a formação de grupos organizados de travestis e transexuais no Brasil emerge em meio ao cenário de crescimento de movimentos sociais em resposta a AIDS e em paralelo ao surgimento de outros movimentos, pois manteve ações em defesa de estratégias de cuidado e o combate a violência institucional. A partir dessa inclusão nas pautas do estado o autor aponta para uma movimentação política, produzindo atos políticos e conseqüentemente colocando os travestis e transexuais como sujeitos políticos. Esses efeitos, ainda que partindo de fissuras dos poderes excludentes evidenciam um entre-lugar. Retomando o conceito *outsider within* de Collins (2016) e que se relaciona diretamente com lugar de fala,

entendemos que o entre-lugar dá conta de um lugar social que permite explorar as fronteiras de grupos desiguais. O lugar de marginalidade das travestis e transexuais gera sofrimento ao passo que explora-lo, dentro de uma lógica política, possibilitou ações pontencializadoras. Segundo Carrijo e outros autores (2019) com essa aproximação as ações em saúde, as travestis e transexuais passaram a ocupar mais espaços institucionais e a presença destas na Câmara dos Deputados, em 2004, evidencia os espaços onde a presença de alguns corpos são limitadas pelas lógicas hierárquicas de gênero e sexualidade.

Mayorga e outros autores (2013) também se aproximam da perspectiva de Collins (2016) sobre "*outsider within*". A partir da teórica mexicana Anzaldúa (1987) segundo Mayorga e outros autores (2013), a metáfora da fronteira territorial aborda as experiências diversas dos sujeitos, que causam dor e ao mesmo tempo transformam a existência e a percepção de suas realidades. A fronteira possibilita a criação, libertação e invenção resultando num espaço de poder e resistência. Ao tomar conhecimento dessa fronteira será questionado as condições que lhe são impostas, promovendo novos sentidos e a possibilidade de outras vozes, retirando a marginalidade das experiências e práticas dos que estão desautorizados a falar.

Carvalho (2017) reafirma a relevância das mídias digitais como um espaço de uso político e conseqüentemente de visibilidade para pessoas trans. Ao mesmo tempo esse espaço dá continuidade às violências verbais, físicas e simbólicas vivenciadas por essa população no cotidiano. O autor chama atenção para os comentários em matérias jornalísticas ou a própria notícia, no qual constrói-se uma visibilidade depreciativa das pessoas trans, por muitas vezes lhes desumanizando ou desconsiderando as reivindicações ativistas como fazer uso do reconhecimento feminino para mulheres transexuais. A partir dessas observações podemos inserir a discussão sobre a linguagem proposta por Butler (2003). A tarefa política é formular, dentro da estrutura da linguagem previamente constituída, uma crítica as categorias de identidade engendradas, naturalizada e imobilizadas. Ribeiro (2017) aborda a linguagem por uma perspectiva da educação, que exclui aqueles que não tem acesso a um sistema educacional justo, e posteriormente a relaciona a um conhecimento colonizado, que cria identidades. De modo geral, a linguagem exerce um mecanismo de manutenção da ordem social visto que, legitima certas percepções acerca de grupos minorizados.

Gomes e outros autores (2019) afirmam que as lutas do movimento LGBTQI+ se aproximam do movimento social de pessoas com deficiência pois, ambos questionam a ideia de corpo como um dado natural e que antecede a perspectiva sobre o outro enquanto sujeito. Assim, torna-se necessário as reivindicações pela garantia de direitos sexuais e reprodutivos e desconstrução de narrativas de normatização.

Entre os direitos que compõem a agenda da População LGBTQI+ estão a busca por cidadania e direitos humanos, permitindo o acesso a saúde, educação, justiça, mercado de trabalho e cultura. Na população LGBTQI+ nos deparamos com corpos demarcados por um discurso, que produz um sexo excluído e deslegitimado (BUTLER, 2000). Esses corpos abjetos, tem suas vidas deslegitimadas e consideradas menos importantes. Nesse sentido reconhecer os direitos e a luta dessas pessoas, legitima a existência desses corpos, produzindo inteligibilidade e reafirmando-os em sua condição de sujeitos.

4.2 Contribuições da academia e os grupos minorizados

O uso de termos como lugar de fala, interseccionalidade e subalternidade na esfera das interações sociais virtuais é considerado por Carvalho (2017) como uma troca-política acadêmica. Segundo o autor, a política e a ciência são esferas discursivas distintas, mas que juntas contribuem mutuamente. Essas aproximações podem, em certa medida, incidir em uma confusão política. O lugar de fala acaba se tornando um conceito amplo e sensível a múltiplas interpretações. Assim como Scott (1999) afirma a necessidade de revelar a lógica repressiva nos processos de exclusão social e não apenas identificar a ausência dessas identidades, Carvalho (2017) sugere a construção de pontes de identificação, na qual aponta um deslocamento da compreensão apenas identitária para uma sistêmica das injustiças. Carrijo e outros autores (2019) ao contarem a história de travestis e transexuais a partir da perspectiva da ativista Keila Simpson, situando a narrativa com estudos acadêmicos como uma “troca” propõe uma “epistemologia situada na experiência” (p.3). Desse modo, o autor questiona os métodos dos campos disciplinares e teóricos tradicionais, e privilegia as experiências individuais e coletivas que fizeram parte de organizações em defesa dos cuidados em saúde e direitos civis dessa população.

Mayorga e outros autores (2013) acreditam ser necessário analisar as rupturas e consequências da noção de gênero para retomar historicamente um feminismo voltado para saberes que foram tensionados pela Europa e os Estados Unidos. Para tanto utilizam como referência estudos sobre racismo, política heterossexual e autoras que problematizam, entre outras discussões, a posição das lésbicas no feminismo.

A participação dos grupos minorizados na academia possibilita a articulação de outros saberes e ampliação do conhecimento. Esses corpos passam a ser atores nesse processo e não apenas objetos mensuráveis e destituídos de fala. Supera-se assim práticas hegemônicas e conseqüentemente resulta na transformação de perspectivas de mundo cristalizadas e ações que garantam o reconhecimento de outras identidades e narrativas.

4.3 (In)visibilidade e representatividade da população LGBTQI+

Segundo Grillo e Lanzarini (2018), a compreensão da mulher lésbica tende a ser definida por uma unicidade. Os autores verificaram nas produções artísticas de modo geral a invisibilidade lésbica como um resultado dessa visão universalizada. As autoras afirmam que os espaços de produção artística homossexual dão maior visibilidade aos homens gays do que mulheres lésbicas, sendo um reflexo do machismo que oprime a sexualidade masculina e objetifica o corpo das mulheres. Os espetáculos teatrais, por exemplo, com temática LGBTQI+ são predominantemente voltados para o público gay. Segundo eles as mulheres negras e lésbicas, por sua vez, acabam sendo invisibilizadas tanto pela categoria de gênero como a de raça. Essa implicação do contexto da mulher negra nos mostra como a Interseccionalidade, segundo Akotirene (2018) evidenciam as vulnerabilidades daqueles que estão posicionados em cruzamentos identitários.

Segundo Grillo e Lanzarini arte surge como lugar de fala, pois combate a marginalização dos sujeitos que não se enquadram na heteronormatividade. Essa conceituação se aproxima dos estudos da comunicação social, mas não impede de entendemos a arte como uma ferramenta que possibilita o lugar de fala dos sujeitos que, como afirma Butler (2003), têm suas identidades excluídas pela hierarquia do binarismo.

A partir dessas conclusões acerca da representatividade e visibilidade lésbica por meio de Ribeiro (2017), entende-se ser possível teorizar sobre a realidade que o outro ocupa desde que ciente da própria localização social. A diferença entre lugar de

fala e representatividade é que na segunda um sujeito pode não se sentir representado por outro. Carvalho (2017) destaca as produções textuais de um blog produzido por uma ativista transexual, onde a mesma acessibiliza através de relatos pessoais, à realidade de travestis. A partir desses deslocamentos outras pessoas localizadas em lugares sociais privilegiados poderão pensar o lugar que ocupam e se aproximem de discussões como pobreza ou sexismo. O lugar de fala não visa limitar a troca de ideias, encerrando uma discussão ou impondo uma perspectiva (RIBEIRO, 2017).

4.4 Potência dos Lugares de Fala e Escuta

Sobre o conhecimento produzido e subalternização de mulheres negras, lésbicas e latinas Mayorga e outros autores (2013) acreditam que é necessário buscar meios dos quais se possibilite a transmissão de ideias e consequentemente convocando sujeitos a falarem, visto que partindo de outros lugares essa fala contrapõem o sistema dominante, criando “novas consciências” (p.473). O lugar de fala reivindica espaços de diálogos, de escuta e de transformação da realidade. Junto ao lugar de escuta, ao tratarmos de privilégios e opressões, atravessa-se a constituição das subjetivações. (GORJON; MEZZARI; BASOLI, 2019).

Curiel (2002) segundo Mayorga e outros autores (2013) afirmam ser necessário questionar identidades afastando-se de um uso essencialista e biologizante e pensá-las como estratégias, pois geram sentimento de pertencimento, nomeando e demonstrando as desigualdades. Para os autores o feminismo, portanto, confronta as opressões sexistas, a partir de lugares distintos, “corpos e histórias, e busca uma identidade baseada, antes de tudo, na experiência histórica e cotidiana de opressões e emancipação. Acreditamos que, como afirma Gorjon, Mezzari e Basoli (2019), ao reconhecer diferentes lugares sociais contribui-se para um conhecimento contrário a uma epistemologia universal. Nesse sentido, se produz uma relação de pesquisa a escuta das distintas possibilidades de os sujeitos produzirem sobre si e o mundo.

Ao viabilizar lugares de fala se faz necessário pensar em lugares de escuta pois assim como afirma Spivak (2010) o subalterno produz a fala mas esta não é reconhecida por aqueles que detêm o poder. As narrativas da população LGBTQI+ entrelaçados a outros modos de opressão produzem modos de subjetivação que posicionam os sujeitos ativamente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do conceito lugar de fala não ser apresentado de forma evidente em alguns estudos, metodologicamente referenciado, foi possível apreendê-lo a partir das noções epistemológicas que o perpassam. Percebeu-se também o seu uso de distintas formas, desde de uma noção de espaço para falas, propriamente dita, priorizando o fortalecimento e expressão dentro do próprio coletivo LGBTQI+. Um outro uso discutido se trata da exclusividade de fala em detrimento de outras, no qual acreditamos não se tratar da exaustão do conceito, mas um reflexo da precariedade do debate político em geral.

A população LGBTQI+ abrange a pluralidade das identidades dissidentes as normas de sexualidade e gênero estabelecidas, caracterizando-a como um coletivo amplo. Há experiências que perpassam por marcadores sociais de raça, gênero, idade, classe e habilidades e que podem refletir em antagonismos dentro do grupo. Alguns estudos trouxeram a problemática do protagonismo de homens brancos cisgêneros no coletivo enquanto na história LGBTQI+ verificamos em como a mesma é retratada, em grande parte, pela perspectiva dos homens gays.

No que se refere a pessoas queer, a dificuldade em serem reconhecidos, evidencia o quanto a identidade LGBTQI+ ainda é percebida, pelo binarismo identitário (homem/mulher), dentro e fora do grupo. Entende-se que a identidade de gênero, se faz necessária por exemplo na pauta de pessoas transgêneras. Entendemos que a noção de identidade de gênero é uma ferramenta de afirmação e reconhecimento, mas que também está sujeita a visões cristalizadas. Não se trata de deslegitimar a identidade coletiva, visto que os sujeitos se localizam e são localizados a partir delas e sim reconhecer o gênero e sexualidade como uma construção social e pensá-la de forma contínua e fluída.

Os travestis, por sua vez, são atravessados por questões de classe e raça, sendo uns dos coletivos que mais sofreram durante décadas com a violência policial e urbana. Pensar o lugar de fala na população LGBTQI+ exige reconhecer vários lugares sociais. Esses pontos podem ser úteis para reafirmação de que não há como separar opressões. Esse lugar social não se trata apenas de indivíduos que sofrem com a homofobia, mas de corpos atravessados por um discurso que normatiza as relações e regula corpos.

Hoje vemos o crescimento da visibilidade LGBTQI+ em peças publicitárias, indústria musical e cinema constituindo-se como resultado da forte atuação militante nas redes sociais e o a popularização do tema na política. Não muito diferente de outros debates na sociedade, a identidade homossexual passa também a ser um modo de vida atrelada ao consumo. Nesse sentido, entendemos que a população LGBTQI+ passa acessar espaços antes negados e a partir disso transita entre o protagonismo do mercado e a marginalidade social. É válido ressaltar que esse protagonismo se aplica a uma parte dos participantes da sigla, mas não há dúvida que esse alcance a representatividade e visibilidade são importantes para o fortalecimento da comunidade.

Acreditamos ser importante trazer ao campo da psicologia questões sociais visto que estas implicam diretamente na subjetividade dos sujeitos. O lugar de escuta nesse sentido legitima as experiências dos indivíduos atravessados por opressões estruturais. Falamos de uma prática clínica que ao reconhecer essas identidades sociais se posiciona a partir do sujeito e questiona discursos hegemônicos.

A vasta discussão teórica em torno do feminismo oferece ferramentas epistemológicas relevantes nos estudos das ciências humanas. Ao trabalhar categorias de gênero abre-se espaço para questões outras que perpassam as relações sociais, podendo vir a ser elas a sexualidade, relações de poder e desigualdades sociais.

Verificou-se durante a pesquisa a pouca disponibilidade de publicações relacionadas ao tema. Uma outra limitação se deu pela amplitude do grupo discutido, visto que abarca outras categorias de identidades coletivas, sendo necessário uma maior especificação na população escolhida. Acreditamos que a partir desse trabalho abra-se possibilidades para a continuidade de estudos futuros. Julgamos ser necessário acolher perspectivas teóricas especialmente de autores da América Latina por se aproximarem da realidade brasileira.

Conclui-se ser possível aproximar o conceito lugar de fala a população LGBTQI+ desde que levando em consideração a pluralidade dessas identidades sociais associada ao atravessamento de marcadores sociais de gênero, raça, sexualidade, idade, regionalidade e entre outros. Evidencia-se não se tratar apenas quem pode falar, mas de validar a fala, daqueles que foram/são silenciados, construindo pontes de diálogo e transformação. Esses deslocamentos contribuem para emergência de sujeitos políticos que se reconhecem e são afetados pelo outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

ALCOFF, Linda. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Sociedade e Estado**. Brasília, n. 1, v. 31, jan./abr., 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6082/5458> . Acesso em: 01 mai. de 2020.

ARAGUSUKU, Henrique; LEE, Henrique. A psicologia Brasileira e as Políticas LGBT no Conselho Federal de Psicologia. **Revista Gestão & Políticas Públicas**. v. 5, n.1, p.131-154, 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rgpp/issue/archive>> Acesso em: 01 mai. De 2020.

ASSIS, Dayane. **Interseccionalidades**. 1. ed. Salvador: UFBA, 2019.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980b.

BERLATTO, Odir. A construção da identidade social. **Revista do Curso de Direito da FSG**, Caxias do Sul, ano 3, n.5, p. 141-151, 2009. Disponível em: <<http://ojs.fsg.br/index.php/direito/article/view/242>>. Acesso em: 23 mar. 2020.

BOURDIEU, Pierre. **L'identité et lareprésentation**. Actes de recherche em sciencessociales, v. 35, n.35 p. 63-72, 1980.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013b. p. 151-172.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2003

CARRIJO, Gilson *et al.* Movimentos emaranhados: travestis, movimentos sociais e práticas acadêmicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis , v. 27, n. 2, e54503, 2019 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000200211&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 jun. 2020

CARVALHO, Mário. Nossa esperança é ciborgue? Subalternidade, reconhecimento e “tretas” na internet. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis , v. 25, n. 1, p. 347-363, abr., 2017 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000100347&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 jun. 2020

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, abr., 2016. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100099&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 mai. 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Comentário sobre o artigo de Hekman “Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited”**: Onde está o poder?. Tradução de Juliana Borges. *Signs*, v. 22, n. 2, p. 375-381, 1997.

Conselho Federal de Psicologia. (2005). Resolução CFP nº 010/2005. Código de Ética Profissional do Psicólogo, XIII Plenário. Brasília, DF: CFP. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas.**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan., 2002. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 mai. 2020.

CUCHE, Denys. O Triunfo do Conceito de Cultura. In: _____. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 1999. p. 188-196.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. In: GREEN, James; MALUF, Sônia. **Cadernos AEL: homossexualidade, sociedade, movimento e lutas**. v. 10, n. 18-19, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **A História da sexualidade 1: A vontade de saber** (1976). Tradução de Maria Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FRANÇA, Vera. Convivência urbana, lugar de fala e construção do sujeito. **Intexto**, v. 2, 2001. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/3392>> Acesso em: 19 mai. 2020.

GALLEGO, Esther; ORTELLADO, Pablo; MORETTO, Márcio. "Guerras culturais" e "populismo anti-petista" nas ruas de 2017. **Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil**, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/13540.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2020.

GARCIA, Carla. **Breve História do Feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

GOMES, Ruthie Bonan *et al.* Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 1, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000100202&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 jun. 2020

GORJON, Melina; MEZZARI, Danielly; BASOLI, Laura. Ensaio de lugares de escuta: diálogos entre a psicologia e o conceito de lugar de fala. **Quaderns de Psicologia**, São Paulo, ano 15, v.21, n. 1. p. 425-438, 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1455> >. Acesso em: 23 de mar. 2020.

GREEN, James .; PÓLITO, Ronald. **Frescos trópicos**: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980). Rio de Janeiro: José Olímpio, 2006.

GRILO, Camila; LANZARINI, Ricardo. Fixidez E A Desconstrução: Uma Discussão Sobre A Identidade Lesbica Invisibilizada Nas Artes. **Revista Artemis**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 183-202, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/37506>>. Acesso em: 01. jun. 2020.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

HARTMAN, Andrew. **A War to the Soul of America**: a History of the Culture Wars, Chicago: University of Chicago Press, Chicago, 2015.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e sexo: As mulheres negras redefinem a diferença. In:_____. **Irmã outsider**: Ensaio e conferências. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

MAYORGA, Claudia *et al.* As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis , v. 21, n. 2, p. 463-484, Ago. 2013. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01. jun. 2020.

MESQUITA, Marylucia. Movimento de mulheres lésbicas no Brasil: sinalizando algumas conquistas e desafios para o século XX. **Revista Lábia do Galf**. v. 1, n.18 2004. Disponível em: <www.galf.org>. Acesso em: 02 jun. 2020

MELLO, Ricardo Pimentel. Corpos, heteronormatividade e performances híbridas. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 197-207, Abr. 2012. Disponível em :<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000100022&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 jun. 2020

MICHAELIS moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: :<<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>> Acesso em: 19 mai. 2020.

MOTA, Keli. Feminismo contemporâneo: como ativistas de São Paulo compreendem uma terceira onda do movimento no país. **Revista Extraprensa**, v. 11, n. 1, 108-127, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/extraprensa2017.139729>> Acesso em: 26 mar. 2020.

NARVAZ, Martha ; KOLLER, Sílvia . Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, Dec. 2006 . Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000300021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 mai. 2020.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2012.

PETCHESKY, Rosalind. The language of “sexual minorities” and the politics of identity: a position paper. **Reproductive Health Matters**. Vol. 17. p. 105-110. 2009.

PETRONILIO, Paulo. **“Lugar de Fala”**: o grau da performance e outras heterotopias. *Revista Guará*, Goiânia, v. 6, p. 39-59, jan./ dez. 2016. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/guara/article/view/5674>> Acesso em: 19 mai. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento: Justificando, 2017.

RODRIGUES, Vinicius. De Homossexual A Queer: O Movimento Lgbt E A Construção De Identidades? Globais?. In: **Conferência Internacional de Estudos Queer - CONQUEER**, 2018, Aracaju. Anais CONQUEER. Campina Grande: Editora Realize, 2018. v. 1.

ROLNIK, Suely. À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. In: MAGALHÃES, C. R. (Org.). **Na sombra da cidade**. São Paulo: Escuta, 1995, p. 143-170. Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/homemetica.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

SANTOS, Milton. A Força Do Lugar: O Lugar e o Cotidiano. In: _____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2006.

SCHUSTER, Regina. O Lugar de Fala do Jornalismo: Temas Sindicais em Veja e Revista Do Brasil. **Conexão – Comunicação e Cultura**. Caxias do Sul, v. 15, n. 30, p. 176-193 jul./dez. 2016,

SCOTT, Joan. **Experiência**. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999.

SOUZA, Mériti; MUNHOZ, Sidnei. Subjetividade sujeitada e prática psicológica: perspectivas do sujeito da ação. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 285-299, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652009000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 mar. 2020.

SUELY, Rolnik. **Alteridade**: O Prazer e o Outro. Produzido por Projeto Narciso 21. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense. 2017. Disponível em: <<https://www.narciso21.com/psicanalistas-entrevistados>> Acesso em: 02 jun. 2020

SPIVAK, Gayatri. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2007.

_____. O monopólio dos partidos e a crise política. **Nexo Jornal**, São Paulo, p.12-14, 18 jan. 2017. Ensaio, p. 12. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2020/O-monop%C3%B3lio-dos-partidos-e-a-crise-pol%C3%ADtica>. Acesso em: 15 mar. 2020.

_____. A trajetória e as conquistas do movimento LGBTI brasileiro. **Nexo Jornal**, São Paulo, p.10-13, 20 fev. 2020. Ensaio, p. 04. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2017/06/17/A-trajet%C3%B3ria-e-as-conquistas-do-movimento-LGBT-brasileiro>. Acesso em: 20 jun. 2020.